

Meio: Executive Digest

Data: 24/03/2024



## Impostos, empresas, habitação, segurança social... Estes são os 17 desafios que os setores impõem a Montenegro

Por Executive Digest — 10:30, 24 Mar 2024

Os setores da educação, cultura, militares, turismo, agricultura, justiça, polícias, administração pública, habitação, segurança social, saúde, impostos, desporto, imigração, ambiente e empresas expressaram as suas preocupações e pedidos para o próximo governo português.

Estes pedem ao novo Governo ação coordenada e falam da urgência de vários temas, como dá a conhecer a 'CNN'.

**Educação:** Ricardo Silva, da Associação de Professores e Educadores em Defesa do Ensino (APEDE), enfatizou a necessidade de uma gestão escolar mais democrática e participativa, além da valorização dos professores.

**Igualdade de Género:** Sandra Ribeiro, da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), ressaltou a importância da formação para a igualdade e diversidade nas escolas, tanto para docentes quanto para não docentes.

**Cultura:** Gabriela Canavilhas, pianista e ex-ministra da Cultura, propôs a criação de polos culturais em todas as escolas do país, visando elevar o nível cultural dos portugueses desde cedo.

**Militares:** O coronel António Costa Mota, da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), destacou a necessidade de valorização salarial dos militares para solucionar problemas de efetivos nas Forças Armadas.

**Turismo:** Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal, pediu por uma decisão urgente sobre o novo aeroporto, considerando-o crucial para o setor.

**Agricultura:** Luís Miguel Correia Mira, da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), solicitou a reversão da extinção das direções-regionais e a revisão da Política Agrícola Comum (PAC).

**Justiça:** Luís Menezes Leitão, ex-bastonário da Ordem dos Advogados, propôs a reversão de alterações legislativas que afetaram a independência da Ordem dos Advogados.

**Polícia:** Paulo Macedo, do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP-PSP), exigiu a concretização do suplemento de missão para os policiais e a resolução do problema da pré-aposentação.

**Administração Pública:** José Abraão, da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP), enfatizou a importância da recuperação do poder de compra dos trabalhadores e da revisão das carreiras.

**Habituação:** Rita Silva, da Plataforma Casa para Viver, defendeu a regulação dos preços das casas e das rendas para conter a especulação imobiliária.

**Segurança Social:** Filomena Salgado Oliveira, consultora em Segurança Social, propôs o estímulo ao trabalho a tempo parcial como forma de garantir uma transição gradual para a reforma.

**Saúde:** Xavier Barreto, da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH), enfatizou a necessidade de valorização dos profissionais de saúde e de uma governação clara para o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

**Impostos:** Rogério Fernandes Ferreira, fiscalista, chamou a atenção para a importância de rever os procedimentos tributários e garantir uma justiça fiscal eficaz.

**Desporto:** José Manuel Constantino, presidente do Comité Olímpico de Portugal, destacou a necessidade de reformas no estatuto do agente desportivo voluntário e no financiamento do desporto.

**Imigração:** Catarina Reis de Oliveira, do Observatório das Migrações, enfatizou a importância de aprofundar respostas de integração para os imigrantes.

**Ambiente:** João Joanaz de Melo, do Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), propôs uma reforma fiscal para penalizar os maus comportamentos ambientais e incentivar práticas sustentáveis.

**Empresas:** Armindo Monteiro, da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), defendeu a dedução à matéria coletável em sede de IRC como forma de incentivar o crescimento das empresas.